



Acesso à justiça, conflitos, cidadania no contexto do Município de Campos dos Goytacazes/RJ

Diogo Sant'Ana de Sá, Gláucia Maria Pontes Mouzinho

Esta pesquisa tem como propósito analisar como são administrados os conflitos relacionados ao acesso à Justiça em Campos dos Goytacazes (RJ). O interesse em estudá-los teve início após um trágico acidente ocorrido em frente ao Fórum Maria Tereza Gusmão de Andrade, no mesmo município, em que uma idosa de 72 anos de idade veio a óbito ao ser atropelada por uma Kombi, enquanto aguardava numa fila de pessoas do outro lado da rua a abertura do atendimento ao público do referido Fórum. A morte daquela Senhora expôs as barreiras físicas e burocráticas, mas também legais, econômicas e sociais que comumente impedem o acesso à “Justiça”, direito básico de cidadania. A fila, ainda do lado de fora, é o primeiro passo para o momento esperado por todos que ali estão: expor suas demandas à Defensoria Pública. Porém, entrar no prédio não quer dizer que serão atendidos. Há senhas e novas filas e o primeiro a atendê-los é um estagiário, que cumprindo a burocracia, preenche os papéis, adequando a narrativa dos que aguardavam aos termos jurídicos para que, aí sim, siga oportunamente o seu curso. A burocracia segue sem que as pessoas compreendam o que vai acontecer dali por diante. A demanda, sujeita à burocracia e a interpretação dos “fatos” pelo Direito, seguirá com a leitura dos papéis pelo Defensor que avaliará a possibilidade de levá-la ou não adiante, reduzindo a narrativa inicial apresentada pelo demandante e sem que ele possa necessariamente compreender a linguagem utilizada, as razões para negativas, as justificativas legais apresentadas. O recurso aos dados digitais, o acesso à internet apresentados como uma maior democratização dos serviços, se reduzem quando se observa as dificuldades apresentadas para acessá-los que podem ser desde o desconhecimento básico de como usar computadores até a baixa escolaridade de muitos que precisam de informação. Dessa forma, pretende-se acompanhar o percurso daqueles que precisam recorrer à Defensoria, identificando as demandas, as soluções apresentadas, observando as interações e conflitos que possa haver ao buscarem atendimento. Considerando o contexto atual da pandemia de Covid-19, o campo se deterá provisoriamente na análise de dados disponíveis no *site* do Tribunal de Justiça, visto que a abertura de processos e outras ações estão se dando por meio digital. Posteriormente a consulta de dados e a leitura de trabalhos desenvolvidos por outros pesquisadores, serão feitas entrevistas com estagiários, funcionários e defensores, dentro dos limites impostos pela pandemia se assim se fizer necessário.